

FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A – FUCAPE MA

ANA LÚCIA SILVA DE ALENCAR

**IMPACTO DA INEXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA SOBRE O IDEB
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**SÃO LUÍS
2023**

ANA LÚCIA SILVA DE ALENCAR

**IMPACTO DA INEXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA SOBRE O IDEB
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ciências Contábeis e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A– Fucape MA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Diego Rodrigues Boente.

**SÃO LUÍS
2023**

ANA LÚCIA SILVA DE ALENCAR

**IMPACTO DA INEXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA SOBRE O IDEB
DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ciências Contábeis e Administração, da Fucape Pesquisa e Ensino S/A– Fucape MA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Aprovada em 04 de outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. DIEGO RODRIGUES BOENTE
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

Prof. Dr. OLAVO VENTURIM CALDAS
Fucape Pesquisa e Ensino S/A

Profa. Dra. ADRIANA ISABEL BACKES STEPPAN
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela graça de me permitir a oportunidade de aprendizado, e pelas horas de apoio nos momentos mais sofridos, não permitindo que eu desistisse, mas sim, continuasse em frente.

Agradeço aos meus pais, Teodomiro e Laura por me receberem e encaminharem nessa vida, cuidando sempre do meu bem estar.

Agradeço aos meus filhos Luciana e Luciano, pelas horas ausentes durante minha longa caminhada de estudos.

Agradeço aos demais familiares e amigos que sempre procuraram me apoiar, além do incentivo, especialmente do meu irmão Carlos Antônio de Alencar.

Ao Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), que permitiu a realização desse sonho, oportunizando além da aprendizagem, o desenvolvimento profissional, sou muitíssimo grata.

Agradeço aos colegas de turma, em especial, Flávia Furtado pelo apoio e amizade, sempre presentes.

Agradecer aos professores do Mestrado da FUCAPE, em especial ao Prof. Dr. Diego Rodrigues Boente pela gentileza e disseminação de conhecimento.

“Educação nunca foi despesa.

Sempre foi investimento com retorno garantido.”

Sir Athur Lewis

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi verificar o impacto da inexecução da despesa pública sobre o IDEB do ensino fundamental. Para tanto realizou-se pesquisa de abordagem quantitativa, com dados secundários abrangendo o período de 2017 a 2021, utilizando-se estatística descritiva e análise de regressão linear múltipla para dados em painel. A amostra se constituiu por 373 municípios que apresentaram dados divulgados para todas as variáveis e anos do estudo. Os resultados obtidos sugerem que a inexecução da despesa pública do ensino fundamental não impacta negativamente a qualidade do ensino fundamental para os municípios analisados, conforme indicado pelas notas do IDEB. Dessa forma, foi rejeitada a hipótese levantada no estudo, de que a inexecução da despesa pública impacta negativamente no IDEB do ensino fundamental. No entanto, o resultado das variáveis de controle do estudo apresentou relação estatisticamente significativa com a nota do IDEB, contribuindo com a literatura existente acerca dos efeitos dessas variáveis na qualidade do ensino fundamental público. Como implicação prática, espera-se que as constatações desta pesquisa motivem gestores e agentes públicos, incluindo políticos e burocratas, bem como órgãos reguladores e de controle a desenvolverem políticas públicas com a finalidade de melhorar o IDEB da educação básica brasileira.

Palavras-chave: IDEB; Ensino fundamental; Inexecução da despesa pública; Municípios Brasileiros; Educação básica.

ABSTRACT

The objective of this research was to verify the impact of the lack of execution of public expenditure on the IDEB of elementary education. To this end, quantitative research was carried out, with secondary data covering the period from 2017 to 2021, using descriptive statistics and multiple linear regression analysis for panel data. The sample consisted of 373 municipalities that presented published data for all variables and years of the study. The results obtained suggest that the lack of execution of public expenditure on elementary education does not negatively impact the quality of elementary education for the municipalities analyzed, as indicated by the IDEB scores. Therefore, the hypothesis raised in the study was rejected, that the lack of execution of public expenditure has a negative impact on the IDEB for elementary education. However, the result of the study's control variables showed a statistically significant relationship with the IDEB score, contributing to the existing literature on the effects of these variables on the quality of public elementary education. As a practical implication, it is expected that the findings of this research will motivate managers and public agents, including politicians and bureaucrats, as well as regulatory and control bodies, to develop public policies with the purpose of improving the IDEB of Brazilian basic education.

Keywords: IDEB; Elementary School; Inexecution of public expenditure; Brazilian Municipalities; Basic education.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 13 |
| 2.1 POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA..... | 13 |
| 2.2 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA-IDEB..... | 15 |
| 2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO..... | 19 |
| 2.4 INEXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA..... | 21 |
| 3 METODOLOGIA | 25 |
| 3.1 COLETA DE DADOS E SELEÇÃO DA AMOSTRA..... | 25 |
| 3.2 MODELO ECONOMETRICO E VARIÁVEIS..... | 29 |
| 3.3 ESTIMAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS..... | 32 |
| 4 RESULTADOS..... | 34 |
| 4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA..... | 34 |
| 4.2 CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS..... | 39 |
| 4.3 ANÁLISE DE REGRESSÃO..... | 40 |
| 4.4 DISCUSSÃO DA HIPÓTESE..... | 44 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 46 |
| REFERÊNCIAS..... | 49 |
| APÊNDICE A – Tabela de Municípios da Amostra..... | 54 |

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas em educação no Brasil têm passado por grandes mudanças. Para Oliveira (2019) e Lourenço et al. (2017), as mudanças são fundamentadas pela Nova Gestão Pública (NGP), que visam reorientar objetivos, processos e finalidades das escolas públicas, impondo como parâmetro de medição da eficiência, a avaliação externa.

O financiamento da educação no Brasil se dá mediante a distribuição e transferência de recursos entre os entes da federação: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. E para atender ao previsto na Constituição Federal e operacionalizar a redistribuição dos recursos destinados à educação foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), sendo por meio desse fundo que o governo federal complementa os recursos à educação (Caetano et al., 2017; Peres & Santos, 2020).

A descentralização trazida pela Constituição Federal de 1988, permitiu aos estados e municípios tornarem-se mais autônomos na administração de suas receitas e na alocação de seus recursos. Entretanto, essa independência acarretou em maior responsabilidade, especialmente, aos entes municipais. Uma vez, que restou determinado que os municípios brasileiros investissem 25% de suas receitas, tanto de impostos, como de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (Caetano et al., 2017; Loyola, 2017; Peres & Santos, 2020).

Quanto a execução orçamentária dos gastos públicos no Brasil, tem-se observado a prática crescente do contingenciamento de despesas. Trata-se de uma

estratégia do Poder Executivo de fazer contingenciamentos preventivos no início do exercício, assim que a Lei Orçamentária Anual (LOA) é publicada, como forma de priorizar a geração de superávit primário em detrimento da execução das políticas sociais (Peres & Santos, 2020; Silva & Oliveira, 2020).

Quanto ao contingenciamento de despesa vale ressaltar que existem dois tipos de contingenciamento: o orçamentário que se refere ao bloqueio das dotações orçamentárias aprovadas na LOA, e se caracteriza pela limitação de empenho, e o financeiro, que se caracteriza pela limitação de pagamentos. A literatura tem apontado que essa prática, se utilizada em excesso, apesar de contribuir com as metas fiscais é uma das grandes geradoras da inexecução da despesa pública (Galhardo et al., 2013).

A prática de contingenciamento gera além da inexecução da despesa pública, grandes dificuldades de programação para os gestores públicos, pois causa um desalinhamento entre o que foi planejado e a execução da política pública que deveria ser realizada dentro do próprio período orçamentário, impactando negativamente na eficiência do gasto público, tanto em educação como em outras áreas, como no caso de endividamento, credibilidade e transparência das ações governamentais (Aquino & Azevedo, 2017; Vieira & Santos, 2018).

Recentemente com o surto pandêmico da COVID-19, o governo brasileiro necessitou realizar medidas emergenciais como forma de manter o equilíbrio orçamentário, que foi bastante afetado pela baixa arrecadação de receita e significativo aumento das despesas públicas. Para isso, aprovou a Emenda Constitucional nº 106/2020, que permitiu a flexibilização do orçamento e o remanejamento de recursos de um setor para outro mais prioritário, o que afetou as

políticas públicas, como a de Educação, que naquele momento não era prioritária diante da emergência em saúde (Monteiro et al., 2021).

A verificação do impacto da inexecução da despesa pública sobre o resultado do IDEB do ensino fundamental se justifica por ser objeto de relevância no setor público, uma vez que é a partir da educação básica que se forma a base de futuros agentes da sociedade e induz ao crescimento econômico (Dissou et al., 2016).

Em 2007, em busca de avaliar a qualidade da educação brasileira foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esse índice mensura a qualidade da educação básica utilizando diversos atributos, como: ensino brasileiro, escolas municipais, estrutura, corpo docente, entre outros (Capucho & Vieira, 2020; Kauko et al., 2016).

Na seara internacional, encontra-se diversos estudos demonstrando como a alocação de recursos públicos na educação contribuem com os desempenhos escolares (Kelly, et al., 2018; Lergetporer et al., 2018; Mekdad et al., 2014). Kelly et al. (2018), compararam gastos com educação na Inglaterra entre 1990 e 2020, e concluíram que gastos reais no mesmo nível, permitem oferecer uma educação de alta qualidade nas primeiras séries do ensino básico naquele país. Lergetporer et al. (2018), compararam os dispêndios públicos em educação e o nível de desempenho escolar entre os países, Alemanha e Estados Unidos e concluíram que em ambos os países os entrevistados entendiam que o desempenho escolar é muito importante para o futuro econômico daqueles países. Seguidos dos estudos de Mekdad et al. (2014), que analisaram como os gastos com educação podem melhorar o nível de crescimento econômico na Argélia, onde concluíram que a educação é a principal causa de crescimento econômico daquele país.

No Brasil, Caetano et al. (2017) discutem que há alto investimento de recursos em educação, no entanto, o país se encontra em posição desfavorável no *ranking* mundial. O mesmo achado foi discutido em outros estudos realizados, como nos de Menezes-Filho e Nuñez (2012), Menezes-Filho e Amaral (2009) e de Souza (2012).

No contexto federativo brasileiro, das três esferas de governo, as decisões tomadas pela gestão pública em nível municipal são mais rapidamente sentidas pela sociedade. O contato entre o governo local e os cidadãos é mais próximo e direto, logo, sendo nele que as consequências das escolhas feitas pelos governos melhores se observam, daí a importância de se estudar a inexecução da despesa pública ao nível municipal (Loyola, 2017). Assim, o objetivo desta pesquisa visa verificar o impacto da inexecução da despesa pública sobre o IDEB do ensino fundamental.

Para tanto, realizou-se pesquisa do tipo quantitativa descritiva, com coleta de dados secundários obtidos nos sites oficiais do governo do período de 2017 a 2021, organizados em painel, com amostragem aleatória e estratificada por porte municipal, composta por 373 municípios do Brasil. A justificativa para a escolha do período a ser analisado se deu em virtude da disponibilidade dos dados, uma vez que 2021 foi o último ano com informação publicada pelo governo federal. A análise estatística se deu por meio de regressão linear múltipla.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui com a discussão sobre os aspectos que envolvem o processo de execução orçamentária da despesa da educação fundamental, e, principalmente demonstrar as consequências desse processo, em caso de inexecução, sobre a qualidade do ensino ofertado em âmbito municipal. Isso se diferencia dos demais estudos publicados anteriormente como em Souza et al. (2016), Wildert e D'Abreu (2013), Melo-Becerra, Hahn-De-Castro et al. (2020),

Lourenço et al. (2017) e Firmino e Filho (2018), que estudaram ao nível municipal, apenas do ponto de vista da eficiência do gasto público em educação, e em alguns municípios específicos, não abrangendo, dessa forma, os demais municípios da federação. Portanto, não foi encontrada nenhuma pesquisa analisando a relação entre a inexecução da despesa pública afetando a qualidade do ensino fundamental ofertado. Para preencher essa lacuna é que se propõe esta pesquisa.

Do ponto de vista prático, o estudo visa subsidiar gestores, órgãos de controle, reguladores, burocratas, políticos, evidenciando como a prática de contingenciamento propicia a inexecução da despesa pública podendo afetar a qualidade da educação fundamental, mensuradas pelo IDEB a fim de auxiliá-los na busca de mecanismos para evitá-la em suas gestões, e optarem por uma execução orçamentária mais eficiente com gastos da educação (Dissou et al., 2016), além de buscarem desenvolver políticas públicas voltadas à melhoria dos índices do IDEB da educação básica brasileira.

A pesquisa está dividida em cinco capítulos, iniciando com esta introdução, em seguida apresenta-se o referencial teórico que embasou este estudo. No terceiro capítulo se aborda a metodologia adotada, bem como a obtenção e organização dos dados da amostra e sua caracterização. No quarto capítulo são apresentados os resultados e suas análises, e, o quinto se trata das considerações finais discorrendo acerca dos resultados encontrados e do objetivo da pesquisa.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

As políticas públicas em educação no Brasil têm passado por grandes mudanças. Essas mudanças são fundamentadas pela NGP, que visam reorientar objetivos, como forma de alterar a dinâmica de gestão burocrática para a gestão gerencial, buscando padrões de qualidade do setor privado, especialmente nos sistemas de ensino, nos processos e finalidades das escolas públicas, impondo como parâmetro de medição da eficiência, a avaliação externa (Oliveira, 2019; Lourenço et al., 2017).

Dessa forma, o princípio da eficiência contido na CF 1998 vem sendo cada vez mais firmado na administração pública, nas tentativas de adaptação dos conhecimentos gerenciais do setor privado para ser aplicado ao setor público, responsabilizando gestores e professores pelo alcance da avaliação externa. E contribuindo com a eficácia e eficiência das escolas, melhorando a qualidade do ensino, otimizando resultados com o menor dispêndio de recursos (Oliveira, 2019; Lourenço et al., 2017).

Referente ao financiamento da educação no Brasil, o mesmo se dá mediante a distribuição e transferência de recursos entre os entes federados: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A Constituição Federal de 1988 trouxe como inovação a descentralização do governo, permitindo que estados e municípios se tornassem mais autônomos na administração de suas receitas e na alocação de seus recursos. Entretanto, essa independência acarretou em maior responsabilidade, especialmente,

aos entes municipais. Uma vez, que restou determinado que os municípios brasileiros tivessem a obrigatoriedade de investirem 25% de suas receitas, tanto de impostos, como de transferências, na manutenção e desenvolvimento de seus sistemas de ensino. Devendo dos 25% a serem distribuídos, aplicados 60% para o financiamento do ensino fundamental, e 40% para financiar outros níveis de ensino (Caetano et al., 2017; Loyola, 2017; Peres & Santos, 2020; Marciniuk & Bugarin, 2019).

Para atender ao previsto na Constituição Federal e operacionalizar a redistribuição dos recursos destinados à educação foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), sendo por meio desse fundo que o governo federal complementa os recursos à educação (Caetano et al., 2017; Peres & Santos, 2020). Em 2020, por meio da Emenda Constitucional nº 108/2020, o Fundeb foi elevado a instrumento permanente de financiamento da educação pública, sendo que os recursos desse fundo, independente da origem serão aplicados exclusivamente “na manutenção e no desenvolvimento da educação básica pública, bem como na valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração.”.

No novo Fundeb a parte que caberá à União terá um crescimento contínuo com a finalidade de atingir o percentual de 23% (vinte e três por cento) dos recursos constituintes do Fundo para 2026. O objetivo é passar de 10% (dez por cento) do extinto Fundeb, para 12% (doze por cento) em 2021, 15% (quinze por cento) em 2022, 17% (dezessete por cento) em 2023, 19% (dezenove por cento) em 2024, 21% (vinte e um por cento) em 2025, alcançando os 23% (vinte e três por cento) em 2026 (Inep, 2022).

Segundo dados do Relatório Anual de 2021, publicado no site do Inep, no Brasil havia 46.668.401 alunos matriculados na educação básica, representando em torno

de 82,6% somente na rede pública. Havia 178.370 escolas, destas 77%, representadas por escolas públicas e o total investido pela Secretaria de Educação Básica em 2021 foi em torno de R\$ 1,114 bilhão (Inep, 2022).

Como se pode perceber e corroborando com os estudos de Caetano et al. (2017), no Brasil há alto investimento de recursos em educação, no entanto, o país se encontra em posição desfavorável no *ranking* mundial. Sendo o mesmo achado discutido em outros estudos realizados, como os de Menezes-Filho e Nuñez (2012), Menezes-Filho e Amaral (2009) e de Souza (2012). Em outro estudo constatou-se que os mais eficientes municípios foram os que menos gastaram por aluno. Ao contrário, os municípios com mais dispêndio por aluno se mostraram entre os menos eficientes (Schuster & Zonatto, 2017).

Para Machado et al. (2018), o problema não está em gastar mais recursos na educação, mas sim em como esses recursos são aplicados, se de maneira eficiente, fazendo a relação entre resultados e insumos, ou seja, conseguir os melhores resultados com a menor aplicação de recursos possível.

Os próximos itens apresentam a explanação sobre o IDEB, variável dependente do estudo, e sobre o orçamento e despesa pública, que são os itens que sofrem a ação do contingenciamento (inexecução).

2.2 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA-IDEB

A necessidade de avaliar a qualidade da educação básica brasileira levou à criação, em 2007, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB avalia a qualidade da educação básica com base em atributos como ensino brasileiro, escolas municipais, estrutura e corpo docente, entre outros, estabelecendo metas com

o intuito de promover a melhoria do ensino (Capucho & Vieira, 2020; Kauko, et al., 2016).

O IDEB, principal indicador da qualidade da educação básica brasileira, é calculado com base na taxa de rendimento escolar e nas médias de desempenho nos exames do Inep. Quanto aos índices de aprovação, estes são obtidos por meio do Censo Escolar realizado a cada ano, indicador este, que influencia no fluxo escolar, ou seja, na progressão dos estudantes para os anos seguintes. Quanto às médias de proficiência utilizadas no IDEB são dos exames de Língua Portuguesa e Matemática da Prova Brasil ou SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica, para escolas e municípios, e para estados e País, juntamente com o Censo Escolar, realizados de dois em dois anos, aplicadas aos alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental.

Segundo o Inep (2018), o IDEB inicia sua série histórica de resultados em 2005, momento em que foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas, tanto pelo país, como por escolas, municípios e estados. “A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)”. Assim, espera-se sair de uma média nacional de 3,8, resultado de 2005 no início do ensino fundamental, para um IDEB igual a 6,0 em 2022.

Ainda, segundo o Inep (2018), a média de 6 pontos a ser alcançada levou em consideração o resultado obtido pelos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), quando aplicada a metodologia do IDEB em seus resultados educacionais. “Seis foi a nota obtida pelos países desenvolvidos que ficaram entre os 20 mais bem colocados do mundo.”.

Quanto ao estabelecimento das metas intermediárias para o IDEB, as mesmas são calculadas pelo Inep dentro do “programa de metas fixadas pelo Compromisso Todos pela Educação, eixo do Plano de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, que trata da educação básica. Devendo cada sistema evoluir a partir de pontos de partida próprio, sendo que aqueles que partem em situação desfavorável devem envidar maiores esforços, objetivando a “redução da desigualdade educacional.” (Inep, 2018).

É importante ressaltar que a meta do IDEB estabelecida pelo governo brasileiro para os anos finais do ensino fundamental (5º ao 9º ano) no período analisado neste estudo, é para o ano de 2017, média 5,0, para o ano de 2019, média 5,2 e para o ano de 2021, média 5,5 (Inep, 2022).

O IDEB, com nota padronizada de 0 a 10, avalia a educação infantil, o ensino fundamental e médio. As metas do IDEB são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, de modo que estados, municípios e escolas possam melhorar seus índices, já que cada escola tem sua própria meta. Aquelas redes e escolas que apresentem dificuldade, recebem apoio específico do Ministério da Educação, de modo que permita mais rapidamente se alcançar as metas estabelecidas pelo governo (Inep, 2022; Lourenço et. al, 2017).

O IDEB, composto pela taxa de rendimento escolar, aprovações, além das médias de desempenho das avaliações do Inep, sintetiza dois importantes conceitos que são: Fluxo e Aprendizagem. Quanto ao Fluxo se refere à taxa de aprovação dos alunos, e quanto à Aprendizagem se refere aos resultados obtidos na prova do Saeb pela Prova Brasil, essa compatibilidade entre o fluxo e aprendizagem permite monitorar, dessa forma, a qualidade do sistema educacional brasileiro (Schuster & Zonatto, 2017).

Assim, essas são as duas dimensões que precisam serem aprimoradas para que a educação básica brasileira alcance melhores níveis de desempenhos educacionais. A construção do indicador envolvendo as duas dimensões referidas, solicita que para aumentar o IDEB, as redes de ensino e escolas necessitam aprimorar as duas dimensões ao mesmo tempo, já que não é possível aumentar o indicador sem que ambas as dimensões sigam na mesma direção (Inep, 2018).

O IDEB 2021 é o último divulgado, encerrando um ciclo que se iniciou em 2005, onde foi estabelecida a trajetória do indicador, em decorrência do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, utilizando a mesma metodologia aplicada aos anos anteriores. No entanto, conforme nota informativa publicada no site do Inep (2022), os resultados do IDEB 2021 devem ser analisados com cautela, uma vez que o cenário da pandemia do Covid-19, causou grandes impactos nas atividades educacionais no período de 2020 a 2021, em especial nas taxas de aprovação.

No que se refere ao contexto analisado acima, o Conselho Nacional de Educação (CNE) sugeriu, em resolução publicada em dezembro de 2020, a adoção de um *continuum* curricular para os anos 2020-2021. Esse “*continuum* curricular, envolve o replanejamento do currículo e do calendário escolar de forma a assegurar a inclusão de eventuais objetivos não cumpridos em 2020 no ano letivo de 2021”. Tal medida permitiu que as redes de ensino fizessem a promoção automática dos estudantes, causando um aumento nas taxas de aprovações sem o correspondente rendimento dos alunos o que pode ter impactado negativamente nos resultados do IDEB 2021 (Inep, 2022).

Crozatti (2013) realizou estudo nos municípios brasileiros, tomando como variáveis de estudo o IDEB e o investimento médio por escola, professor e aluno no período de 2005 a 2009, tendo concluído que existe uma relação positiva entre essas

variáveis, indicando que o aumento do investimento médio empregado dessa forma conduz a melhores resultados do IDEB, sendo esta relação impactada também pela região e porte municipal.

Lourenço et al. (2017) realizaram estudo em mais de cinco mil municípios da federação brasileira referente ao período de 2009 a 2013 visando verificar quais cenários sociais se relacionavam com os resultados do IDEB municipal. Os resultados mostraram que aspectos como condições familiares e de habitação teria um efeito positivo nos índices do IDEB dos municípios, do que despesa pública com educação.

Oliveira e Lemes (2016) realizaram estudo em duas regiões do estado de São Paulo aderentes ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, tomando como variáveis de estudo o IDEB e o PIB per capita, tendo concluído que existe uma relação positiva entre as duas variáveis, o que remete que regiões com maiores investimentos por aluno/ano e PIB per capita, melhores serão os resultados do IDEB.

2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO

Sobre o orçamento público brasileiro o presente estudo traz o pensamento disposto por Deprá e Leal (2017) trata-se de um contrato firmado entre governo e sociedade, onde os valores monetários arrecadados pela sociedade (receitas) são transformados em ações do governo (despesas). Essa compreensão prévia é uma das mais relevantes para o estudo em questão, pois especificamente, quanto ao orçamento público, este é composto por receitas e despesas de determinada abrangência política, referentes normalmente ao período de um ano, com o intuito de que o Estado tenha o comando – quase que pontual - sobre o gerenciamento dos recursos públicos (Almeida & Costa, 2019).

Acerca do planejamento orçamentário, Casimiro e Moraes (2017) discorrem que o modo de trabalhar com recursos de forma planejada e coordenada vem desde a Constituição Federal de 1988 - CF/88, que instituiu um sistema composto por três normas jurídicas: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), e após, com a instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que veio estabelecer o conteúdo da LDO, obrigando a interligação entre os três instrumentos de planejamento e orçamento – PPA, LDO e LOA.

Portanto, em se tratando dos principais instrumentos de planejamento da Administração Pública, e corroborando com o objetivo a ser alcançado no presente estudo, percebe-se que a técnica empregada na constituição dessas leis orçamentárias tem permitido uma linguagem unificada nas relações entre essas três leis, dando ênfase à interligação entre o planejamento e o orçamento (Silva & Oliveira, 2020).

As inovações orçamentárias trazidas pela CF/88, a serem observadas por todos os governantes na realização das políticas públicas, contribuem para a elaboração de um planejamento orçamentário capaz de concretizar tais políticas, além de permitirem interligação entre planejamento e processo orçamentário, sobretudo a LOA (Dias & Silva, 2019).

Silva e Oliveira (2020) explicam que a Lei Orçamentária, é instrumento de planejamento na Administração Pública que visa prever as receitas e fixar as despesas. E acerca dos incisos I, II e III, desta lei, fazem relevantes esclarecimentos, sobre os orçamentos fiscal, de investimento e seguridade social. Assim é que de acordo com a Constituição Federal, toda despesa deve ser autorizada na lei orçamentária anual, não devendo ser permitido que o Estado busque receitas indefinidamente, sem correlação com suas necessidades financeiras. Portanto, todo

o processo orçamentário perpassa pela concretização de interesses políticos, sociais e econômicos, individuais ou coletivos, determinando quais prioridades, e ou, necessidades públicas a serem atendidas (Almeida & Costa, 2019).

Dessa forma, a elaboração do planejamento e da previsão orçamentária é mais do que simples relações de receitas e despesas (Alves, 2015). E para que as administrações públicas Federal, Estadual e Municipal alcancem sua finalidade, que é o de prestar serviços à comunidade, faz-se necessário a requisição de recursos financeiros, pois tais recursos são essenciais para o pagamento das despesas públicas (Casimiro & Moraes, 2017).

Quanto ao ciclo orçamentário no Brasil, encerrada a fase de autorização das dotações, logo após a promulgação da Lei de Orçamento, mas antes de iniciar a execução do mesmo, o Poder Executivo por meio de decretos de contingenciamento realiza programação orçamentária e financeira com aprovação de cotas de despesas a serem observada por todos os órgãos. Dentre as despesas que são contingenciadas estão as de natureza, outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras, sendo que as despesas de pessoal, encargos, juros e amortizações, em regra não se permite o contingenciamento (Vieira & Santos, 2018).

2.4 INEXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA

Na literatura é possível identificar dois tipos de contingenciamento: o orçamentário e o financeiro. Quanto ao contingenciamento orçamentário se refere ao bloqueio das dotações orçamentárias aprovadas na LOA e se caracteriza pela limitação de empenho. Quanto ao financeiro, este se caracteriza pela limitação de pagamentos. Ambos os tipos podem propiciar a inexecução da despesa pública (Alves, 2015; Galhardo et al., 2013).

A inexecução da despesa pública é representada pelas despesas que não foram empenhadas. Trata-se da mensuração a partir da dotação atualizada, subtraídas das despesas empenhadas, especificamente na função educação, e subfunção ensino fundamental.

A inexecução total ou parcial da despesa pública pode ocorrer tanto pela falha de planejamento, como por atos administrativos dos gestores, e na maioria das vezes por contingenciamento para a obtenção de superávit primário (Pinto, 2006). O contingenciamento da despesa pública no Brasil tem sido uma prática crescente. Trata-se de uma estratégia do Poder Executivo de fazer contingenciamentos preventivos no início do exercício, assim que a Lei Orçamentária Anual (LOA) é publicada, como forma de priorizar a geração de superávit primário em detrimento da execução das políticas sociais (Peres & Santos, 2020; Silva & Oliveira, 2020).

Nesse contexto de esforço fiscal, a execução do orçamento público é adiada para os últimos dias do ano, o que acarreta em um processo chamado de “rolagem do orçamento” que empurra a despesa do exercício para o ano seguinte, causando a dissociação entre a execução financeira da despesa e a previsão orçamentária (Alves, 2015). Essa prática não tem previsão para acabar, visto que a cada ano sobram “contas orçamentárias”, enquanto falta dinheiro para pagá-las (Casimiro & Moares, 2017).

Para Marques e Lima (2018); Santos e Gasparini (2020), o contingenciamento de despesa possui a finalidade de manter, não apenas o equilíbrio orçamentário, mas também a estabilidade financeira, pois há de se considerar que, as receitas não são adquiridas todas no início do exercício, podendo inclusive não se confirmar, e os recursos para realização de despesas devem ser liberados conforme a arrecadação.

Por outro lado, o fato de os orçamentos anuais terem caráter autorizativo, além da prática da limitação de empenhos e de movimentação financeira (contingenciamento), previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, promovem ineficiência no controle da execução orçamentária (Pinto, 2020). Esses limites impostos são um dos pontos mais frágeis do processo, visto que muitas vezes as propostas são elaboradas tendo como base informações dos períodos anteriores, e não um estudo técnico apropriado, o que geralmente ocasiona em má gestão de recursos públicos pela inexecução da programação prevista na lei orçamentária (Pinto, 2020; Santos & Gasparini, 2020).

Portanto, a prática de contingenciamento pode gerar além da inexecução da despesa pública, grandes dificuldades de programação para os gestores, causando um desalinhamento entre o que foi planejado e a execução da política pública, que deveria ser realizada dentro do próprio período orçamentário, impactando negativamente na eficiência do gasto público, tanto em educação como em outras áreas, causando ainda, problemas de endividamento, credibilidade e transparência das ações governamentais (Aquino & Azevedo, 2017; Vieira & Santos, 2018).

Da Silva et al. (2015) realizaram estudo com uma amostra de 359 municípios com o intuito de analisar se a Receita Corrente Líquida Municipal e a Despesa Pública em Educação, seriam capazes de explicar parte da eficiência do ensino nos municípios brasileiros, considerando o IDEB. Os resultados mostraram que a aplicação de recursos públicos é determinante para o resultado do IDEB. No entanto, só o incremento de recursos não seria capaz de fazer com que o Brasil atingisse a meta estabelecida para o ano 2022, seria necessário a boa gestão desses recursos com o estabelecimento de “metas claras e bem definidas, medição do resultado e responsabilização dos gestores.”.

Dessa forma, a inexecução da despesa pública ocasionando a má gestão dos recursos públicos guarda relação com o resultado do IDEB, uma vez que este, pode ser afetado pela má gestão de recursos públicos, quando deixam de serem aplicados na execução das políticas públicas, como da educação, o que pode afetar também o rendimento escolar dos alunos (Da Silva et al., 2015).

Recentemente com o surto pandêmico da COVID-19, o governo brasileiro necessitou realizar medidas emergenciais como forma de manter o equilíbrio orçamentário, que foi afetado pela baixa arrecadação de receita e significativo aumento das despesas públicas. Para isso, aprovou a Emenda Constitucional nº 106/2020, que permitiu a flexibilização do orçamento e o remanejamento de recursos de um setor para outro mais prioritário, o que afeta as políticas públicas, como a de Educação, que naquele momento não era prioritária diante da emergência em saúde (Monteiro et al., 2021).

Diante desse cenário, observou-se a necessidade de se criar uma hipótese acerca do contingenciamento, enquanto inexecução da despesa pública e sua relação com a qualidade da educação básica ofertada. Assim, criou-se a seguinte hipótese:

H1: A inexecução da despesa pública de educação impacta negativamente no resultado do IDEB do ensino fundamental.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho foi verificar o impacto da inexecução da despesa pública sobre o IDEB do ensino fundamental. No decorrer dos estudos percebeu-se que a abordagem metodológica adequada para enfatizar e corroborar o trabalho em questão é do tipo quantitativa, descritiva e longitudinal: quantitativa, por se referir a teoria que verifica a relação estatística entre as variáveis; descritiva, por utilizar de bibliografias sobre os conceitos de contingenciamento enquanto inexecução de despesa, e da política pública de educação básica; longitudinal, pois pretende expressar o fenômeno em um determinado intervalo de tempo, que será o período de 2017 a 2021.

Os dados após obtidos foram tabulados em planilha de Excel e se utilizou o software Statistics Data Analysis – STATA/SE 2017.0 para análise dos mesmos. A base de dados foi composta por diversas unidades amostrais por certo período de tempo, no caso deste estudo o período de 05 (cinco) anos, o que se caracteriza como dados em painel.

3.1 COLETA DE DADOS E SELEÇÃO DA AMOSTRA

Para o presente estudo foram utilizados dados secundários. Os dados referentes a medição da qualidade do ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, foram obtidos no sitio eletrônico do Inep (2022). As demais informações foram obtidas junto ao portal do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI e Sistema da Secretaria do Tesouro

Nacional – SISTN, onde estão disponibilizadas informações orçamentárias e financeiras das políticas públicas, de todos os entes estatais, sendo os dados sobre a inexecução das despesas, orçamentos anuais com dotações atualizadas, despesas empenhadas, e receitas correntes líquidas dos entes subnacionais, obtidas por meio dos Relatórios de Execução Orçamentária – RREO, com informações publicadas no 6º bimestre de cada ano, tendo sido considerados os valores empenhados (Couto et al., 2018).

Quanto às informações sobre a variável de controle dívida consolidada líquida foram obtidas por meio do Relatório de Gestão Fiscal – RGF publicadas no relatório do 3º quadrimestre de cada exercício. Os dados das variáveis de controle, PIB per capita e População foram extraídos do sitio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Sendo que os dados para o “cálculo do PIB per capita foi considerada a população residente, estimada por município, com data de referência em 1º de julho de cada ano, enviada ao Tribunal de Contas da União – TCU”. Quanto à população foram utilizados também os dados divulgados estimados dos residentes nos municípios brasileiros em 01 de julho de cada ano.

A amostra foi constituída pelos 5.568 municípios brasileiros, no período de 2017-2021 (IBGE, 2022). A pesquisa analisa os municípios que apresentaram todas as variáveis escolhidas para o estudo, tais como: notas do IDEB, despesa por função (educação fundamental), dívida consolidada líquida e receita própria dos municípios. Assim, dos 5.568 municípios optou-se em considerar primeiramente apenas aqueles que apresentaram dados divulgados sobre a nota do IDEB nos cinco anos estudados para essa pesquisa. Considerando que o objetivo deste trabalho foi verificar o impacto da inexecução da despesa pública sobre o IDEB do ensino fundamental, e sendo as

notas do IDEB a variável explicada foram excluídos os municípios que não atenderam a esse requisito.

Considerando ainda, que este estudo importa analisar informações acerca do ensino municipal público, e dos anos finais do ensino fundamental, foram excluídos os municípios localizados no Estado do Paraná por não possuírem notas divulgadas no IDEB, logo, não sendo possível a obtenção de amostra e nem substituição. Além disso, foram desconsideradas informações referentes aos desempenhos escolares e rendimentos dos anos iniciais do ensino fundamental, médio e da educação infantil, bem como, informações da rede escolar estadual, e privada.

Os dados foram tratados e após a exclusão daqueles municípios que não tiveram informações divulgadas em qualquer uma das variáveis do estudo, ou em qualquer um dos anos estudados, restaram 807 municípios, correspondendo a 4035 observações, que se constituíram na amostra final do estudo.

Com o intuito de determinar o dimensionamento do tamanho da amostra utilizou-se a fórmula apresentada na equação (1) como aplicada na pesquisa de Silva e Bruni (2019), onde se chegou a 371 municípios, conforme abaixo:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p(1-p)}{Z^2 \cdot p(1-p) + e^2 \cdot (N - 1)} \quad (1)$$

Para garantir uma proporcionalidade entre a amostra obtida e a população do estudo, optou-se em se utilizar uma metodologia de amostragem aleatória estratificada.

¹ Para o cálculo da amostra pela fórmula apresentada o n = amostra calculada; N = população; Z = variável normal padronizada relacionada ao grau de confiança; p = verdadeira probabilidade do evento; e = erro amostral (Agranonik & Hirakata, 2011; Virgillito, 2017). Aplicando-se N=807, Z = 1,96, e=0,03 e p=0,5 obteve-se 371 municípios. Esse cálculo pode ser confirmado na calculadora do endereço eletrônico de estudos estatísticos disponíveis em <https://comentto.com/calculadora-amostral/>.

Para tanto, dividiu-se a população em três estratos homogêneos e diferentes entre si. Após procedeu-se a seleção dos municípios por amostragem aleatória simples, realizada por meio de fórmula no programa Excel, totalizando 373 municípios. Os municípios selecionados que se repetiram na amostragem aleatória foram substituídos por outros dentro da mesma unidade federativa e estrato.

O quantitativo de 373 municípios está relacionado no Apêndice A. A Tabela 1 sintetiza a base de dados da amostra.

TABELA 1: BASE DE DADOS E DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR PORTE

| Descrição | Quantidade |
|---|-------------------|
| Período da amostra | 2017 - 2021 |
| Total de municípios com notas no IDEB | 807 |
| Distribuição de municípios por porte: | |
| Pequeno (até 50.000 habitantes) | 579 |
| Médio (de 50.001 até 100.000 habitantes) | 110 |
| Grande (de 100.001 habitantes em diante) | 118 |
| Amostra final dos municípios utilizada a equação | 371 |

| Descrição | Quantidade |
|---|-------------------|
| Distribuição de municípios por porte: | |
| Pequeno (até 50.000 habitantes) | 267* |
| Médio (de 50.001 até 100.000 habitantes) | 51* |
| Grande (de 100.001 habitantes em diante) | 55* |
| Amostra Final de municípios a serem testados | 373 |

Fonte: Elaborada pela autora

* Proporção em relação à população arredondada para cima

Quanto ao porte populacional dos municípios considerou-se a divisão em municípios de pequeno porte àqueles com população de até 50.000 habitantes, de médio porte os com população acima de 50 mil e de até 100.000 habitantes e, de grande porte aqueles com população estimada acima de 100 mil habitantes, em conformidade com os estudos de Nascimento (2021) e demonstrado na Tabela 1.

3.2 MODELO ECONOMETRICO E VARIÁVEIS

Para identificar o quanto a inexecução da despesa pública impacta no IDEB do ensino fundamental, foi utilizado o modelo de regressão linear múltipla, com estrutura de dados em painel, conforme abaixo:

$$QEF_{it} = \beta_0 + \beta_1 Inexec_{it} + \Sigma Controles_{it} + \epsilon_{it}$$

Onde, i , indica os municípios brasileiros, o t , indica o tempo em anos do período analisado indo de 2017 a 2021 e u , o erro.

QEF representa a variável dependente que mensura a qualidade da educação básica, sendo o indicador utilizado a nota do IDEB.

A escolha pela nota do IDEB se deu em virtude de haver inúmeros estudos consagrados que a utilizaram como variável dependente, investigando possíveis relações, tanto positivas como negativas, que possam ter influência sobre seus índices. Assim, o IDEB se mostra como uma proxy adequada para medir a qualidade da educação (Firmino & Filho, 2018; Schuster & Zonatto, 2017; Lourenço et al., 2017; Sousa et al., 2016; Wildert & D'Abreu, 2013).

As notas do IDEB são publicadas a cada 02 (dois) anos, no caso deste estudo os anos de 2017, 2019 e 2021. Para os anos de 2018 e 2020, foram consideradas as médias calculadas entre o ano imediatamente anterior e posterior.

A variável $Inexec$ é a variável independente utilizada no modelo, e se refere à inexecução da despesa pública, aqui representada pelas despesas que não foram empenhadas no período analisado. A variável $Inexec$ será mensurada a partir da dotação atualizada, subtraídas das despesas empenhadas, especificamente na função educação, e subfunção ensino fundamental, calculada em percentual,

dividindo-se o resultado da subtração pela dotação atualizada. Considerando-se que, quanto maior for a inexecução da despesa, menores serão os índices de qualidade da educação dos municípios, e vice-versa, assim se espera uma relação negativa com a qualidade da educação fundamental.

Foram adotadas quatro variáveis de controle, dívida consolidada líquida, grau de dependência, população e PIB per capita.

A variável de controle dívida consolidada líquida foi introduzida na análise com a finalidade de controlar o efeito sobre a qualidade da educação fundamental, utilizada em percentuais de acordo com a publicação no Relatório de Gestão Fiscal. Essa variável representa o grau de endividamento municipal, podendo impactar negativamente na execução da despesa orçamentária. Espera-se uma relação negativa com a qualidade da educação fundamental, considerando que quanto maior for o endividamento municipal pior será a qualidade da educação daquele município, e quanto menor for o endividamento melhor será a qualidade da educação.

A variável de controle grau de dependência pretende controlar o efeito sobre a qualidade da educação fundamental, no caso de uma municipalidade ser em média mais ou menos autônoma, calculada considerando-se a receita própria dos municípios dividida pelas receitas totais, sendo que quanto maior o percentual da receita própria, menor será o grau de dependência do município, em relação às transferências do governo central (STN, 2020), e maior será a autonomia e as chances de desenvolvimento municipal, além da qualidade da educação dos entes (Satola et al., 2019). Dessa forma, se espera uma relação positiva com a qualidade da educação.

A variável de controle PIB per capita foi introduzida na análise com a finalidade de controlar o efeito sobre a qualidade da educação fundamental no caso de uma municipalidade em média ser mais ou menos desenvolvida economicamente,

indicando a capacidade de geração de receitas daquele município (Caetano et al., 2017; STN, 2020). Espera-se uma relação positiva com a qualidade da educação fundamental, considerando que quanto maior for a capacidade de geração de receita dos municípios melhor será os índices de qualidade da educação.

E por fim, a variável de controle de porte populacional, variável dummy inserida no modelo para controlar o efeito do tamanho dos municípios, captando as diferenças de porte municipal, sendo considerando o valor (1) para municípios de pequeno porte e (0) para municípios de grande porte.

Na Figura 1 apresenta-se um resumo das variáveis do modelo.

| SIGLA | VARIÁVEL DEPENDENTE | DESCRIÇÃO | SINAL ESPERADO | LITERATURA |
|------------------------|-----------------------------------|--|-----------------------|--|
| QEF | Qualidade da educação fundamental | Índice que mede a qualidade da educação básica | | Firmino e Filho, 2018; Schuster e Zonatto, 2017; Lourenço et al., 2017; Sousa et al., 2016; Wildert e D'Abreu, 2013. |
| SIGLA | VARIÁVEL INDEPENDENTE | DESCRIÇÃO | SINAL ESPERADO | LITERATURA |
| Inexec | Inexecução da despesa | Percentual contingenciado da despesa do ensino fundamental | Negativo | |
| SIGLA | VARIÁVEIS DE CONTROLE | DESCRIÇÃO | SINAL ESPERADO | LITERATURA |
| DivConsol | Dívida consolidada líquida | Valor que indica o grau de endividamento municipal | Negativo | |
| Graudep | Grau de dependência municipal | Valor que indica o grau de dependência municipal | Positivo | Satola et al., 2019; STN, 2020; Massardi e Abrantes (2016) e Wakim et al. (2019). |
| PIB | PIB per capita | Valor do PIB por pessoa e indica a capacidade de geração de receita | Positivo | Caetano et al., 2017; STN, 2020. |
| Gran_porte e Peq_porte | Grande porte e Pequeno porte | Variáveis dummies que captam as diferenças de porte municipal, tem valor 1 se for de pequeno e 0, se for de grande porte | - | |

Figura 1: Variáveis do modelo
Fonte: Elaborada pela autora

3.3 ESTIMAÇÃO E TRATAMENTO DOS DADOS

Para analisar os dados e realizar as operações necessárias aos seus resultados se utilizou o software Statistics Data Analysis – STATA/SE 2017.0. No tratamento dos dados, observou-se que os valores do PIB per capita e de população são variáveis monetárias estritamente positivas, optou-se por convertê-las em logaritmo com o intuito de diminuir a dispersão das variáveis, suavizando os outliers, permitindo que a distribuição se tornasse menos ampla, resolvendo também problemas de escala. Ainda, para minimizar possíveis problemas de vieses da amostra por motivo da presença de outliers, os dados utilizados no estudo foram winsorizados a 1%.

A estatística descritiva tem por objetivo resumir e apresentar os dados da pesquisa. Dessa forma, por meio da estatística descritiva, será possível descrever os dados observados. Nessa etapa não há conclusões. Logo, deve-se observar os aspectos relevantes para delinear as hipóteses. Assim, é que foi realizada análise de estatística descritiva com o intuito de se caracterizar a amostra, de forma a permitir a análise, bem como o entendimento a respeito da mesma. Após a caracterização da amostra realizou-se análise de correlação de Pearson com o intuito de verificar o quanto as variáveis do estudo se relacionam, e se essa relação é positiva ou negativa. E após, procedeu-se a análise da regressão.

O modelo de regressão adotado foi o linear múltiplo, adaptado em conformidade com os estudos de Nascimento e Boente (2022) que utilizaram esse modelo para corroborarem suas hipóteses, identificando como as variáveis independentes impactavam na dependente.

O relacionamento de dependência entre as variáveis foi feito por meio da técnica para dados em painel estimando a regressão pelo modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), sendo os resultados apresentados na Tabela 8.

Capítulo 4

4 RESULTADOS

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A Tabela 2 apresenta os resultados da estatística descritiva das variáveis do modelo estudado para a amostra dos 373 municípios no período de 2017 a 2021. A amostra é constituída por 1.865 observações e contempla todas as variáveis adotadas para o modelo.

TABELA 2: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS DO MODELO

| Variáveis | Nº Obs. | Média | Mediana | Desvio Padrão | 1º Quartil | 3º Quartil | Mínimo | Máximo |
|------------------|----------------|--------------|----------------|----------------------|-------------------|-------------------|---------------|---------------|
| QEF | 1865 | 4,609 | 4,700 | 0,774 | 4,050 | 5,200 | 2,800 | 6,300 |
| Inexec | 1865 | 7,331 | 4,663 | 8,229 | 0,796 | 11,000 | 0,003 | 40,460 |
| DivConsoli | 1865 | 13,237 | 4,400 | 26,370 | 0,01 | 26,130 | -42,610 | 94,720 |
| Graudedepe | 1865 | 17,426 | 13,128 | 13,313 | 7,264 | 24,489 | 1,989 | 60,128 |
| PIB | 1865 | 9,910 | 9,895 | 0,721 | 9,26 | 10,525 | 8,794 | 11,531 |
| Peq_Porte | 1865 | 0,716 | 1 | 0,451 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Gran_Porte | 1865 | 0,147 | 0 | 0,354 | 0 | 0 | 0 | 1 |

Fonte: Elaborada pela autora

Da análise da tabela, em relação a variável qualidade da educação fundamental é possível inferir considerando os municípios da amostragem, que a nota média no período foi de 4,61 e a mediana de 4,70, significando dizer que a maioria dos municípios estão acima da média. Considerando ainda, que a nota mínima foi de 2,80 e a máxima 6,30 e que a nota máxima para obter no IDEB é 10, isso denota que as municipalidades devem envidar esforços no sentido de melhorar o padrão dessas notas.

Referente ao período analisado de 2017 a 2021, do total de 1.865 observações apenas cerca de 25% dos municípios alcançaram nota no IDEB acima de 5,2, o que corresponde a mais ou menos 130 municipalidades, sendo que dessas, apenas 21 (vinte e um) municípios atingiram ou ultrapassaram a meta estabelecida pelo Governo brasileiro para o ano de 2021, que era de 6 pontos, a saber:

Municípios: 01 (um) de Santa Catarina (2017 a 2021), 01 (um) de Pernambuco (2019 a 2021), 10 (dez) do Rio Grande do Sul (2017, 2019, 2020 e 2021), 03 (três) do Ceará (2018, 2019, 2020 e 2021), 01 (um) de Minas Gerais (2017 a 2021) e, 05 (cinco) de São Paulo (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021).

Quanto aos demais municípios da amostra os mesmos apresentaram notas abaixo de 5,2, com nota mínima de 2,80, sendo: 04 (quatro) na Bahia (2017, 2018), 01 no Pernambuco (2017), 01(um) no Rio Grande do Sul (2019), 03 (três) na Paraíba (2017 e 2018), 01(um) no Rio Grande do Norte (2017), e 01 (um) em Sergipe (2017). Os municípios de Itapororoca e Mataraca na Paraíba apresentaram a menor nota que foi de 2,4, em 2017, no outro extremo o município de Anchieta em Santa Catarina obteve a nota máxima de 7 em 2019.

Analisando a variável Inexec (inexecução da despesa pública), que se refere ao contingenciamento da despesa orçamentária, ou seja, o quanto que se deixou de empenhar da despesa orçamentária fixada, pode-se inferir que em média foi contingenciado o percentual de 7,33%. As municipalidades que executaram melhor suas despesas orçamentárias foram os municípios de Chorozinho e Icapuí no Ceará, perfazendo o percentual mínimo de inexecução de 0,003%, em 2018 e 2021, respectivamente, sendo a pior execução de despesa a do município de Alto Feliz no Rio Grande do Sul, que teve 40,46% do limite de suas despesas do ensino fundamental não executadas no ano de 2019.

Analisando a variável de controle dívida consolidada líquida é possível inferir que em média os municípios têm 13,24% de dívidas. O percentual mínimo de dívidas é de menos -42,61% e o máximo 94,72%. A municipalidade que apresentou menor percentual de dívida foi o município de Pouso Alegre em Minas Gerais em 2020, sendo que o município com maior percentual de endividamento foi o de Cupira em Pernambuco, no ano de 2019.

Quanto a variável grau de dependência, a média do período foi de 17,43%, com mediana de 13,13%, significando dizer que a maioria dos municípios se encontra abaixo da média. E considerando o percentual mínimo de 1,99% e o máximo 60,13%, e que o valor máximo para a variável é de 100%, é possível confirmar o alto grau de dependência dos municípios da amostra das transferências intergovernamentais, em conformidade com as constatações dos estudos de Massardi e Abrantes (2016) e Wakim et al. (2019) sobre a alta dependência de transferências intergovernamentais dos municípios brasileiros.

Na Tabela 3, apresenta-se a análise descritiva da qualidade do ensino fundamental por ano, considerando os anos em que foram publicadas notas do IDEB.

TABELA 3: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL POR ANO

| ANO | Nº Obs. | Média | Mediana | Desvio Padrão | 1º Quartil | 3º Quartil | Mínimo | Máximo |
|------------|----------------|--------------|----------------|----------------------|-------------------|-------------------|---------------|---------------|
| 2017 | 373 | 4,332 | 4,400 | 0,858 | 3,600 | 5,000 | 2,500 | 6,000 |
| 2019 | 373 | 4,645 | 4,700 | 0,756 | 4,100 | 5,200 | 3,100 | 6,300 |
| 2021 | 373 | 4,836 | 4,900 | 0,677 | 4,400 | 5,300 | 3,250 | 6,500 |

Fonte: Elaborada pela autora

Analisando a Tabela 3, é possível observar que a média da variável QEF que representa o IDEB se mostra crescente em todo o período analisado, passando da nota 4,33 em 2017 para 4,64 em 2019, e de nota 4,64 em 2019 para 4,84 em 2021

em média. Apesar desse crescimento, se comparada a nota máxima do IDEB que é de 10 pontos, não se percebe um grande avanço, uma vez que está muito aquém do esperado.

É importante observar ainda, que o desvio padrão do ano de 2017 é maior se comparado aos demais anos, o que sugere haver heterogeneidade maior entre as escolas quanto à nota da QEF daquele ano (2017). No entanto, pode-se observar ao longo do período analisado um crescente aumento nos resultados da QEF, e uma redução no desvio padrão, o que pode demonstrar uma redução na desigualdade das escolas referente à nota do IDEB.

Na Tabela 4, apresenta-se a análise descritiva da qualidade do ensino fundamental por porte municipal.

TABELA 4: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL POR PORTE MUNICIPAL

| Variáveis | Nº Obs. | Média | Mediana | Desvio Padrão | 1º Quartil | 3º Quartil | Mínimo | Máximo |
|------------------|----------------|--------------|----------------|----------------------|-------------------|-------------------|---------------|---------------|
| Pequeno Porte | 1335 | 4,565 | 4,650 | 0,784 | 4,000 | 5,150 | 2,800 | 6,150 |
| Médio Porte | 255 | 4,558 | 4,550 | 0,790 | 4,000 | 5,150 | 2,900 | 6,400 |
| Grande Porte | 275 | 4,867 | 5,000 | 0,637 | 4,400 | 5,300 | 3,400 | 6,300 |

Fonte: Elaborada pela autora

Analisando a Tabela 4, é possível observar que municípios de pequeno porte apresentam menor média de qualidade de ensino (4,56), ao passo que os de grande porte apresentam média maior (4,87). Os municípios, tanto de pequeno, como de grande porte apresentaram mediana de 4,65 e 5,0 respectivamente, o que aponta que a maioria apresenta qualidade de ensino acima da média.

Ressalta-se, que o desvio padrão dos municípios de pequeno porte é maior que os de grande porte, o que sugere haver uma heterogeneidade maior entre as escolas quanto à nota da QEF daqueles municípios. No entanto, pode-se observar o aumento

nos resultados da QEF entre municípios de pequeno e grande porte, e a redução no desvio padrão, o que demonstra haver uma maior homogeneidade entre os municípios referente à nota do IDEB.

Na Tabela 5, apresenta-se a análise descritiva da inexecução da despesa do ensino fundamental por ano, considerando os anos de publicação das notas do IDEB.

TABELA 5: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DA INEXECUÇÃO DA DESPESA POR ANO

| ANO | Nº | | Desvio | | | | | |
|------|------|-------|---------|--------|------------|------------|--------|--------|
| | Obs. | Média | Mediana | Padrão | 1º Quartil | 3º Quartil | Mínimo | Máximo |
| 2017 | 373 | 7,127 | 4,598 | 7,876 | 0,857 | 10,544 | 0,006 | 33,402 |
| 2019 | 373 | 6,099 | 3,427 | 7,147 | 0,774 | 9,031 | 0,002 | 33,806 |
| 2021 | 373 | 6,638 | 4,467 | 7,120 | 0,460 | 10,315 | 0,02 | 30,403 |

Fonte: Elaborada pela autora

Analisando a Tabela 5, a variável Inexec (inexecução de despesa), que se refere ao contingenciamento da despesa orçamentária, ou seja, o quanto que se deixou de empenhar da despesa orçamentária fixada, observou-se um pequeno decréscimo de 2017 para 2019, passando do percentual de 7,13 para 6,10 em média. Já de 2019 para 2021, observou-se um pequeno crescimento no percentual de inexecução, passando do percentual de 6,10 para 6,64 em média.

É importante apontar que a mediana de todo o período analisado se apresentou menor que a média, indicando que a maioria do percentual da despesa não executada está abaixo da média. Essa constatação sugere que o surto pandêmico do COVID-19, onde o governo brasileiro necessitou realizar medidas emergenciais como forma de manter o equilíbrio orçamentário, afetado pela baixa arrecadação de receita e significativo aumento de despesa impactando políticas públicas, como a de Educação, que naquele momento não era prioritária diante da emergência em saúde (Monteiro et al., 2021), não causou um impacto significativo na inexecução da despesa,

especificamente quanto a despesa do ensino fundamental, visto que o percentual de inexecução se apresentou constante em todo o período analisado.

4.2 CORRELAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Para verificar se as variáveis estão correlacionadas utilizou-se a correlação de Pearson. Segundo a literatura o coeficiente de correlação pode atingir valores entre -1 e 1, sendo que coeficiente maiores que 0,7 ou menores que -0,7 demonstram uma correlação linear forte. Coeficientes entre 0,4 e 0,7 ou -0,7 e -0,4, demonstram uma correlação moderada. E coeficientes menores que 0,4 e até -0,4 demonstram uma correlação fraca.

TABELA 6: CORRELAÇÃO DE PEARSON

| | QEF | Inexec | DivConsoli | Graudedepe | PIB | Peq_porte | Gran_porte |
|------------|----------|----------|------------|------------|----------|-----------|------------|
| QEF | 1 | | | | | | |
| Inexec | 0,0315 | 1 | | | | | |
| DivConsoli | -0,2864* | -0,1843* | 1 | | | | |
| Graudedepe | 0,3360* | -0,0252 | -0,1724* | 1 | | | |
| PIB | 0,4255* | 0,0644* | -0,3939* | 0,5809* | 1 | | |
| Peq_porte | -0,0851* | 0,0973* | -0,0112 | -0,5572* | -0,2507* | 1 | |
| Gran_porte | 0,1373* | -0,0368 | -0,0445* | 0,6235* | 0,3152* | -0,6586* | 1 |

Nota: *, **, *** indicam significância de 10%, 5%, e 1% respectivamente.

Fonte: Elaborada pela autora

Analisando a Tabela 6, pode-se constatar que a variável que apresentou maior correlação com a variável qualidade da educação fundamental foi a variável PIB per capita (0,42), com relação de moderada intensidade e positiva ao nível de significância de 10%, significando dizer que uma maior qualidade da educação fundamental pode causar um aumento no PIB per capita dos municípios, o que corrobora com os estudos de Oliveira e Lemes (2016) de que existe uma relação positiva entre as duas variáveis,

o que remete que regiões com maiores investimentos por aluno/ano e PIB per capita, melhores são os resultados do IDEB.

As variáveis dívida consolidada líquida e grau de dependência apresentaram pequena associação ao nível de significância de 10%. Enquanto a variável dívida consolidada apresentou associação negativa, a variável grau de dependência apresentou associação positiva, o que sugere que quanto maior for o endividamento municipal, menor será o índice da qualidade da educação destes, ao passo que municípios mais autônomos a qualidade de ensino tende a ser melhor.

Quanto às demais variáveis de controle que apresentaram significância ao nível de 10%, temos as variáveis de porte municipal, sendo que os municípios de pequeno porte apresentaram associação negativa (-0,08), e os municípios de grande porte uma associação positiva (0,14), ambas com correlação fraca. Esse resultado sugere que os municípios de pequeno porte tendem a ter a qualidade do ensino fundamental pior do que a dos municípios de grande porte.

4.3 ANÁLISE DE REGRESSÃO

O objetivo deste trabalho é verificar o impacto da inexecução da despesa pública sobre o IDEB do ensino fundamental. Esta seção traz a execução do modelo de regressão estimado, e os resultados estão apresentados conforme Tabela 7 e Tabela 8 a seguir:

TABELA 7: RESULTADO DA REGRESSÃO INEXEC MQO

| | QEF | |
|------------|--------|-------------|
| | Coef. | Estat t. |
| Inexec | 0,0030 | (1,33) |
| constante | 4,5877 | (186,90)*** |
| Nº de Obs. | 1.865 | |
| R2 | 0,00% | |

Nota: *, **, *** indicam significância de 10%, 5%, e 1% respectivamente.

Fonte: Elaborada pela autora

A Tabela 7 trata da estimação do modelo apenas com a variável explicativa do modelo, inexecução da despesa. Estimada individualmente com a variável explicada QEF não apresentou relação estatística significativa. O P-Valor maior que 0,05, só confirma que o resultado não foi estatisticamente significativo, não sendo possível confirmar a hipótese do estudo.

TABELA 8: RESULTADO DA REGRESSÃO PELO MODELO MQO

| | QEF | |
|----------------|---------|------------|
| | Coef. | Estat t. |
| Inexec | -0,0016 | (-0,75) |
| DivConsolid | -0,0042 | (-6,59)*** |
| Graudedepend | 0,0129 | (7,04)*** |
| PIB per capita | 0,2943 | (9,40)*** |
| Peq Porte | 0,1365 | (2,60)*** |
| Gran Porte | -0,0924 | (-1,52) |
| constante | 1,4512 | (4,96)*** |
| Nº de Obs. | 1.865 | |
| R2 | 21,94% | |

Nota: *, **, *** indicam significância de 10%, 5%, e 1% respectivamente.

Fonte: Elaborada pela autora

Analisando a Tabela 8, onde estão incluídas todas as variáveis do estudo é possível observar que a variável explicativa, inexecução da despesa, não apresentou significância estatística com relação à variável de qualidade da educação fundamental

(mensurada pelo IDEB), mesmo incluindo todas as variáveis do estudo. Confirmando o resultado já analisado da Tabela 7, significando dizer que os municípios analisados que deixaram de executar suas despesas com ensino fundamental fixadas no planejamento orçamentário, na média, não tiveram a qualidade da educação fundamental alterada.

O resultado apresentado não confirma a hipótese da pesquisa, de que a inexecução da despesa pública de educação impacta negativamente no resultado do IDEB do ensino fundamental, ou seja, que quanto maior a inexecução da despesa menor seria o IDEB destes municípios, e que quanto menor for a inexecução da despesa maior seriam as notas do IDEB do ensino fundamental.

Quanto aos resultados das variáveis de controle é possível observar com 99% de confiança, que a dívida consolidada líquida impacta negativamente o IDEB do ensino fundamental, ou seja, quanto maior for o grau de endividamento do município, menor será a qualidade do ensino fundamental deste, e que quanto menor for o percentual de endividamento municipal, maior seriam as notas do IDEB do ensino fundamental.

A constatação desse resultado vem corroborar com os estudos de Aquino e Azevedo (2017) e Vieira e Santos (2018), de que o endividamento impacta negativamente na eficiência dos gastos públicos, por analogia aplica-se à educação, na figura da inscrição de “compromissos não pagos”, uma vez que essa prática causa um desalinhamento entre o que foi planejado e a execução da política pública, que deveria ser realizada dentro do próprio período orçamentário e não o foi, causando aumento no endividamento, e conseqüentemente, efeito negativo na qualidade do ensino ofertado em âmbito municipal.

A variável grau de dependência municipal apresentou relação estatística significativa e positiva. Com 99% de confiança é possível afirmar que a independência municipal impacta positivamente no resultado do IDEB do ensino fundamental, ou seja, quanto maior for a independência municipal, maior serão as notas do IDEB dos municípios da amostra. Esse resultado vem corroborar com os estudos de Satola et al., (2019), onde conclui que quanto maior for o percentual da receita própria, menor será o grau de dependência do município, em relação às transferências do governo central, e maior será a autonomia e as chances de desenvolvimento municipal destes. Dessa forma, impactando positivamente na qualidade da educação.

A variável de controle PIB per capita se apresentou estatisticamente significativa e positiva, significando que quanto maior for o PIB per capita de um município, maior será o nível de qualidade da educação dele. Esse resultado vem corroborar com a literatura que conclui pela relação positiva da qualidade da educação e o desenvolvimento econômico dos entes como em Menezes-Filho e Amaral (2009) e Oliveira e Lemes (2016).

Quanto ao teste F foi possível observar que o resultado foi superior a 10 ($F\text{-test} = 97,64$), rejeitando-se a hipótese de que todos os coeficientes sejam estatisticamente iguais a zero. Apesar do modelo apresentar bom ajuste é possível que se acrescentem outras variáveis.

Quanto ao coeficiente de determinação R^2 , é possível observar no modelo que 21,94% da variação da qualidade do ensino fundamental dos municípios analisados, pode ser explicada levando-se em consideração apenas as variáveis explicativas do modelo. Assim, entende-se que existem outras variáveis de natureza financeira, econômica e social, não levadas em consideração no estudo apresentado, que possam contribuir com maior poder explicativo do modelo.

4.4 DISCUSSÃO DA HIPÓTESE

A análise foi executada para o período de 2017 a 2021, tendo sido levantada a seguinte hipótese de pesquisa: H1: A inexecução da despesa pública de educação impacta negativamente no resultado do IDEB do ensino fundamental.

Os resultados evidenciam que a variável Inexec (inexecução da despesa), não se apresentou significativa com relação à qualidade da educação fundamental (mensurada pelo IDEB). Isso significa que os municípios analisados que deixaram de executar suas despesas com ensino fundamental fixadas no planejamento orçamentário, na média, não tiveram a qualidade da educação fundamental alterada. Assim, a hipótese de pesquisa não pode ser confirmada, portanto, rejeita-se a hipótese de pesquisa, de que a inexecução da despesa pública de educação impacta negativamente no resultado do IDEB do ensino fundamental, ou seja, que quanto maior a inexecução da despesa menor seriam as notas do IDEB do ensino fundamental.

Esse resultado contraria os achados de outros estudos, uma vez que a literatura aponta o quanto o uso indiscriminado da prática de inexecução de despesa (contingenciamento) afeta negativamente a realização das políticas públicas, pois, como foi abordado ao longo de toda a pesquisa, o contingenciamento gera além da inexecução de despesa, grandes dificuldades de programação para os gestores, pelo desalinhamento entre o planejamento e a execução orçamentária, impactando negativamente na eficiência do gasto público, tanto em educação como em outras áreas, causando ainda, problemas de endividamento, credibilidade e transparência das ações governamentais (Aquino & Azevedo, 2017; Vieira & Santos, 2018).

No entanto, o fato de não ter se configurado uma associação empírica entre o índice de qualidade do ensino IDEB e a inexecução da despesa, não quer dizer que se possa contingenciar despesa pública na educação, especialmente ao nível do ensino fundamental, uma vez que é a partir da educação básica que se forma a base de futuros agentes da sociedade e induz ao crescimento econômico (Dissou et al., 2016).

Importante ressaltar a observação das variáveis de controle que apresentaram relação significativa e negativa, como no caso da dívida consolidada líquida corroborando com os estudos de Aquino e Azevedo (2017) e Vieira e Santos (2018), de que o endividamento impacta negativamente na eficiência dos gastos públicos, por analogia especialmente na educação, na figura da inscrição de “compromissos não pagos”, causando aumento no endividamento, e conseqüentemente, efeito negativo na qualidade do ensino ofertado em âmbito municipal, o que foi constatado também na estatística descritiva.

Quanto as variáveis grau de dependência municipal e PIB per capita, apresentaram relação estatisticamente significativa e positiva. Confirmando com 99% de confiança que a independência municipal e a renda impactam positivamente no resultado do IDEB do ensino fundamental, ou seja, quanto maior for a independência e desenvolvimento municipal, maior serão as notas do IDEB dos municípios. Esse resultado corrobora com os estudos de Satola et al. (2019); Menezes-Filho e Amaral (2009) e Oliveira e Lemes (2016), onde concluem que um maior percentual de receita própria municipal, além da capacidade da geração de riqueza maior será o grau de autonomia e desenvolvimento municipal.

Capítulo 5

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi verificar o impacto da inexecução da despesa pública sobre o IDEB do ensino fundamental.

Os resultados evidenciam que a qualidade da educação fundamental (mensurada pelo IDEB) não sofreu influência pela inexecução da despesa pública do ensino fundamental. Isso significa que os municípios analisados que deixaram de executar suas despesas com ensino fundamental fixadas no planejamento orçamentário, na média, não tiveram a qualidade da educação fundamental alterada.

É importante destacar que durante todo o período analisado o percentual de inexecução da despesa do ensino fundamental se apresentou constante, mesmo diante do surto pandêmico da COVID-19, onde o governo brasileiro necessitou realizar medidas emergenciais como forma de manter o equilíbrio orçamentário, afetado pela baixa arrecadação de receita e significativo aumento de despesa impactando políticas públicas, como a de Educação, que naquele momento não era prioritária diante da emergência em saúde (Monteiro et al., 2021).

Destaca-se ainda, quanto à média da variável QEF que representa o IDEB do ensino fundamental, se manteve crescente em todo o período analisado, passando da nota de 4,33 em 2017 para 4,84 em 2021 em média, sugerindo que mesmo diante do surto pandêmico da COVID-19, esses resultados não sofreram impactos negativos. Ressalvando que esse resultado se limita aos municípios da amostra.

A pesquisa sofreu algumas limitações dadas à dificuldade de obtenção de dados para a formação da base, uma vez que não existe uma fonte única, sendo

necessário o acesso à várias fontes, e as mesmas não se apresentarem na mesma formatação, o que dificultou a extração e organização dos dados. Além do que, nem todos os municípios brasileiros apresentaram as informações requeridas pelo estudo, o que causou uma redução da amostra, limitando a pesquisa.

Outro ponto que pode ter limitado a pesquisa foi o fato de algumas escolas terem aplicado a sugestão do Conselho Nacional de Educação (CNE) adotando o *continuum* curricular para os anos 2020-2021. Tal medida permitiu que as redes de ensino fizessem a promoção automática dos estudantes, causando um aumento nas taxas de aprovações sem o correspondente rendimento dos alunos o que pode ter impactado o resultado do IDEB 2021 com possível viés.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui com a discussão sobre os aspectos que envolvem o processo de execução orçamentária da despesa da educação fundamental, e, principalmente demonstrar as consequências desse processo, em caso de inexecução da despesa, sobre a qualidade do ensino ofertado em âmbito municipal. A criação da variável inexecução da despesa traz à baila um leque de possibilidades para novos estudos em outros níveis de ensino, podendo ser estendida para avaliar a educação básica ao nível estadual e até do ensino médio.

Os resultados obtidos das demais variáveis do estudo, dívida consolidada líquida, grau de dependência, PIB per capita e porte municipal contribuem com a literatura existente acerca dos efeitos dessas variáveis na qualidade do ensino fundamental.

Espera-se que estas constatações do ponto de vista prático motivem gestores, órgãos de controle, reguladores, burocratas, políticos a desenvolverem políticas públicas com a finalidade de melhorar o IDEB da educação básica brasileira. Além de optarem por uma execução orçamentária mais eficiente dos gastos com educação,

afinal a educação fundamental é a base da formação de futuros agentes da sociedade, além de promover o crescimento econômico e uma sociedade mais desenvolvida (Dissou et al., 2016).

Como sugestão para novas pesquisas sobre a verificação do impacto da inexecução das despesas públicas na qualidade da educação básica, a utilização de outras variáveis, especialmente as variáveis de controle que nesse estudo foram utilizadas variáveis de dimensão econômicas (Dívida Consolidada Líquida, Grau de Dependência municipal, PIB per capita) podendo serem utilizadas variáveis de dimensões educacionais como: qualificação de professores e agentes educacionais, número e nível socioeconômico das escolas de ensino fundamental, bem como, a ampliação da amostra para contemplar mais municípios, além de incluir outros níveis de ensino.

REFERÊNCIAS

- Agranonik, M., & Hirakata, V. N. (2011). Cálculo de tamanho de amostra: proporções. *Clinical & Biomedical Research*, 31(3). <https://seer.ufrgs.br/index.php/hcpa/article/view/23574>
- Aquino, A. C. B. D., & Azevedo, R. R. D. (2017). Compromissos não pagos e perda de credibilidade orçamental. *Revista de Administração Pública*, 51, 580-595.
- Alves, G. H. T. (2015). O orçamento federal entre a realidade e a ficção: um desafio à transparência da despesa pública no Brasil. *Revista da CGU*, 7(11), 128-154. <https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v7i11.15>
- Almeida, H. M. de., & Costa, A. V. (2019). Orçamento Público como mecanismo de planejamento para a gestão. *ID on line. Revista de Psicologia*, 13(43), 559-577. <https://doi.org/10.14295/idonline.v13i43.1555>
- Caetano, C. C. R., Ávila, L. A. C. D., & Tavares, M. (2017). A relação entre as transferências governamentais, a arrecadação tributária própria e o índice de educação dos municípios do estado de Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, 51(5), 897-916. <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/72431>
- Capucho, P. H. P., & Vieira, S. F. A. (2020). Alocação Eficiente de Recursos em Educação em um Município de Pequeno Porte: um estudo a partir da Análise Envoltória de Dados. In *Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC*. <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4748>
- Casimiro, L. M. S. M., & Moraes, F. (2017). Planejamento social na Administração Pública: um instrumento essencial na promoção dos direitos fundamentais sociais. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, 8(2), 443-461. <http://dx.doi.org/10.7213/rev.dir.econ.soc.v8i2.20947>
- Couto, L. C., Barbosa Neto, J. E., & Resende, L. L. (2018). Flexibilidade do Orçamento Público Perante a Execução Orçamentária. *Revista Mineira de Contabilidade*, 19(1), 42-54. <https://doi.org/10.21714/2446-9114RMC2018v19n1t04>
- Crozatti, J. (2013). Gasto médio por aluno, por professor e por escola e o IDEB no ensino fundamental das escolas municipais brasileiras: evolução e correlação de 1999 a 2009. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 32(3), 91-109. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v32i3.19325>
- Deprá, V. O. B., & Leal, M. C. H. (2017). Fiscalização do orçamento público: accountability e controle social da atividade financeira do Estado. *Revista do Direito Público*, 12(3), 216-241. <https://doi.org/10.5433/1980-511X.2017v12n3p216>
- Dias, K. K., & Silva, J. H. da. (2019). Administração do planejamento orçamentário como forma de controle eficiente dos gastos públicos. *QUALIA: a ciência em movimento*, 5(2), 01-17.

- Dissou, Y., Didic, S., & Yakautsava, T. (2016). Government spending on education, human capital accumulation, and growth. *Economic Modelling*, 58, 9-21. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2016.04.015>
- Firmino, R. G., & Leite Filho, P. A. M. (2018). Eficiência na aplicação dos recursos públicos da educação básica. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 23(1), 28-49. <https://doi.org/10.12979/rcmccuerj.v23i1.39295>
- Galhardo, J. A. G., Parisi, C., Pereira, A. C., & Silva, A. F. (2013). Reflexos do contingenciamento orçamentário e financeiro da União sobre a gestão das Unidades Gestoras. *Contabilidade Vista & Revista*, 24(4), 51-75. <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2754>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). Estimativas de população residente para os municípios e para as unidades da federação. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2022). Resultados do IDEB para municípios. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018). <http://inep80anos.inep.gov.br/inep80anos/presente/ideb/133#:~:text=As%20metas%20consideram%20o%20est%C3%A1gio,ver%20Quadro%202%20a%20seguir>.
- Kauko, J., Centeno, V. G., Candido, H., Shiroma, E., & Klutas, A. (2016). The emergence of quality assessment in Brazilian basic education. *European Educational Research Journal*, 15(5), 558–579. <https://doi.org/10.1177/1474904116662889>
- Kelly, E., Lee, T., Sibieta, L., & Waters, T. (2018). Public spending on children in England: 2000 to 2020. *London: Institute for Fiscal Studies*.
- Lergetporer, P., Schwerdt, G., Werner, K., West, M. R., & Woessmann, L. (2018). How information affects support for education spending: Evidence from survey experiments in Germany and the United States. *Journal of Public Economics*, 167, 138-157. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2018.09.011>
- Lourenço, R. L., Angotti, M., Nascimento, J. C. H. B. do, & Sauerbronn, F. F. (2017). Eficiência do Gasto Público com Ensino Fundamental: Uma Análise dos 250 Maiores Municípios Brasileiros. *Contabilidade Vista & Revista*, 28(1), 89-116. <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/3406>

- Lourenço, R. L., Nascimento, J. C. H. B., Sauerbronn, F. F., & Macedo, M. A. da. S. (2017). Determinantes sociais e pedagógicos das notas do IDEB. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 11(4), 27-43. <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v11i2.841>
- Loyola, P. (2017). Autonomia municipal e interdependência federativa: uma análise sobre as mudanças ocorridas no acesso e nos gastos em educação no Brasil (2000-2014). *Educação & Sociedade*, 38(140), 767-790. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017166662>
- Marciniuk, F. L., & Bugarin, M. S. (2019). A influência da reeleição nas políticas fiscais subnacionais. *Revista Brasileira de Economia*, 73(2), 181-210. <https://doi.org/10.5935/0034-7140.20190009>
- Marques, D. R., & Lima, R. F. F. de. (2018). Os impactos do contingenciamento orçamentário e financeiro da União sobre a gestão das unidades gestoras do Poder Executivo Federal. *Revista Brasileira de Contabilidade*, (231), 12-25.
- Massardi, W. D. O., & Abrantes, L. A. (2016). Dependência dos municípios de Minas Gerais em relação ao FPM. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 1(6), 173-187. <http://dx.doi.org/10.18028/2238-5320/rgfc.v6n1p173-187>
- Mekdad, Y., Dahmani, A., & Louaj, M. (2014). Public spending on education and economic growth in Algeria: Causality test. *International Journal of Business and Management*, 2(3), 55.
- Melo-Becerra, L. A., Hahn-De-Castro, L. W., Ariza, D. S., & Carmona, C. O. (2020). Efficiency of local public education in a decentralized context. *International Journal of Educational Development*, 76, 102194. <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2020.102194>
- Menezes-Filho, N. A., & Amaral, L. F. L. E. (2009). A relação entre gastos educacionais e desempenho escolar. *XXXVI Encontro Nacional de Economia. Salvador (Bahia)*, 9.
- Menezes Filho, N. A., & Nuñez, D. F. (2012). Estimando os gastos privados com educação no Brasil. *Policy Paper*, 3.
- Monteiro, J. J., Rengel, R., Rosa, F. S., Lunkes, R. J., & Haskel, A. P. (2021). Reflexos da Covid-19 no Orçamento Público do Governo Federal. *Revista Gestão Organizacional*, 14(1), 97-116. <https://doi.org/10.22277/rgo.v14i1.5560>
- Nascimento, P. (2021). Transparência nos municípios brasileiros: as dimensões porte populacional e região importam? *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, 7(2), 137-156. <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/Sul/article/view/740>
- Oliveira, R., & Lemes, S. S. (2016). Relação IDEB e gasto aluno-ano: algumas aproximações de correlações e sua pertinência para melhoria dos investimentos em Educação. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, 20(3), 367-384. <https://doi.org/10.22633/rpge.v20.n3.9743>

- Oliveira, R. T. C. D. (2019). As mudanças nas formas de gestão escolar no contexto da nova gestão pública no Brasil e em Portugal. *Educar em Revista*, 35(74), 213-232. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62581>
- Peres, U. D., & Santos, F. P. D. (2020). GASTO PÚBLICO E DESIGUALDADE SOCIAL O orçamento do governo federal brasileiro entre 1995 e 2016. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(103). <https://doi.org/10.1590/3510307/2020>
- Pinto, Élide G., Ximenes, S. B., & Carvalho, A. R. (2022). Education as public investment: Political necessity, economic debate, and institutional propositions. *Education Policy Analysis Archives*, 30, (47). <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6777>
- Pinto, É. G. (2006). Discricionariedade, contingenciamento e controle orçamentário. *Revista Gestão & Tecnologia*, 6(2). 1-24.
- Santos, N. C. B., & Gasparini, C. E. (2020). Orçamento impositivo e relação entre poderes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*. (31), 339-396. <https://doi.org/10.1590/0103-335220203109>
- Satoła, Ł., Standar, A., & Kozera, A. (2019). Financial autonomy of local government units: Evidence from Polish rural municipalities. *Lex Localis*, 17(2), 321-342. [https://doi.org/10.4335/17.2.321-342\(2019\)](https://doi.org/10.4335/17.2.321-342(2019))
- Schuster, H. A., & Zonatto, V. (2017). Evidências da Eficiência de Gastos Públicos na Alocação dos Recursos Destinados ao Ensino Fundamental nos Estados Brasileiros. *Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 15(2), 8-33.
- Secretaria do Tesouro Nacional [STN] (2020). Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais. https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:34026.
- Silva, W. A. D. O., & Bruni, A. L. (2019). Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. *Revista de Administração Pública*, 53(2), 415-431. <https://doi.org/10.1590/0034-761220170383>
- Silva, J. B., & Oliveira, I.A. de. (2020). A importância da participação popular na elaboração do orçamento e os limites estabelecidos pela lei de responsabilidade fiscal para a administração pública. *Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)*, 8(2), 83-111. <https://doi.org/10.25245/rdsp.v8i2.598>
- Silva, A. B. da., Nascimento, J. C. H. B.do., Ferreira, A. D. C. S., & Santos, L. da. S. (2015). Determinantes do IDEB: um estudo empírico com a Receita Corrente Líquida Municipal e a Despesa Pública em Educação. In *Congresso de Contabilidade: 6º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 6º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade, 9º Congresso Iberoamericano de Contabilidad e Gestión*.

- Sousa, W. D., Magalhães, M. A., Nascimento, C. A., & Bernardes, J. R. (2016). Análise dos gastos na alocação dos recursos públicos destinados ao ensino fundamental dos municípios do Espírito Santo. *Gestão. Org*, 14(2), 381-392.
- Souza Nascimento, M. de N., & Rodrigues Boente, D. (2022). Fatores associados aos erros de previsão orçamentária da receita do setor público. *Administração Pública e Gestão Social*, 14(2). <https://doi.org/10.21118/apgs.v14i2.12945>.
- Souza, Â. R. de., & Gouveia, A. B. (2012). Os desafios atuais referentes ao financiamento de uma educação de qualidade. *Fineduca-Revista de Financiamento da Educação*, 2. <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/40786>
- Vieira, F. S., & Santos, M. A. B. D. (2018). Contingenciamento do pagamento de despesas e restos a pagar no orçamento federal do SUS. *Revista de Administração Pública*, 52(4), 731-739. <https://doi.org/10.1590/0034-7612162491>
- Virgillito, S. B. (2017). *Estatística Aplicada*. Saraiva.
- Wakim, E. A. de M., Wakim, V. R., & Lima, J. E. de. (2019). Perfil de arrecadação dos municípios do Estado de Minas Gerais: análise antes e depois do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal. *Contabilidade Vista & Revista*, 29(3), 1-22.
- Wilbert, M. D., & D'Abreu, E. C. C. F. (2013). Eficiência dos gastos públicos na educação: análise dos municípios do estado de alagoas. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 6(3), 348-372.

APÊNDICIE A - MUNICÍPIOS DA AMOSTRA

| Nº | MUNICÍPIO | UF | Nº | MUNICÍPIO | UF | Nº | MUNICÍPIO | UF |
|----|--------------------------|----|----|-------------------------|----|-----|----------------------|----|
| 1 | Acajutiba | BA | 47 | Caldas Brandão | PB | 93 | Forquetinha | RS |
| 2 | Acarape | CE | 48 | Camamu | BA | 94 | Fortim | CE |
| 3 | Aceguá | RS | 49 | Campinas do Sul | RS | 95 | Frederico Westphalen | RS |
| 4 | Adustina | BA | 50 | Campo Alegre de Lourdes | BA | 96 | Gado Bravo | PB |
| 5 | Afogados da Ingazeira | PE | 51 | Campo do Brito | SE | 97 | Gameleira | PE |
| 6 | Água Preta | PE | 52 | Cândido Godói | RS | 98 | Garibaldi | RS |
| 7 | Água Santa | RS | 53 | Canudos | BA | 99 | General Sampaio | CE |
| 8 | Alcantil | PB | 54 | Capão Bonito | SP | 100 | Gramado | RS |
| 9 | Alcobaça | BA | 55 | Capão do Cipó | RS | 101 | Guabiruba | SC |
| 10 | Aliança | PE | 56 | Capão do Leão | RS | 102 | Guaiúba | CE |
| 11 | Alto Feliz | RS | 57 | Capim | PB | 103 | Guaraciaba | SC |
| 12 | Amaral Ferrador | RS | 58 | Caraúbas | PB | 104 | Guaraciaba do Norte | CE |
| 13 | Anajás | PA | 59 | Carlos Barbosa | RS | 105 | Guarujá do Sul | SC |
| 14 | Anchieta | SC | 60 | Carnaubeira da Penha | PE | 106 | Horizontina | RS |
| 15 | Andorinha | BA | 61 | Catende | PE | 107 | Humaitá | RS |
| 16 | Apodi | RN | 62 | Caturité | PB | 108 | Ibirubá | RS |
| 17 | Apuiarés | CE | 63 | Cesário Lange | SP | 109 | Icapuí | CE |
| 18 | Araçagi | PB | 64 | Chã de Alegria | PE | 110 | Igaracy | PB |
| 19 | Araçoiaba | PE | 65 | Chã Grande | PE | 111 | Imbé | RS |
| 20 | Araricá | RS | 66 | Chorozinho | CE | 112 | Independência | CE |
| 21 | Aratiba | RS | 67 | Cláudia | MT | 113 | Ingazeira | PE |
| 22 | Aratuba | CE | 68 | Conceição | PB | 114 | Inhambupe | BA |
| 23 | Arroio do Sal | RS | 69 | Condor | RS | 115 | Ipuã | SP |
| 24 | Arvorezinha | RS | 70 | Constantina | RS | 116 | Ipueiras | CE |
| 25 | Aurora | SC | 71 | Coremas | PB | 117 | Ipumirim | SC |
| 26 | Baía da Traição | PB | 72 | Coribe | BA | 118 | Irani | SC |
| 27 | Baixio | CE | 73 | Coronel Barros | RS | 119 | Iraquara | BA |
| 28 | Barra de Guabiraba | PE | 74 | Coronel João Sá | BA | 120 | Irauçuba | CE |
| 29 | Barra do Quaraí | RS | 75 | Cortês | PE | 121 | Itabaianinha | SE |
| 30 | Barra Funda | RS | 76 | Cosmorama | SP | 122 | Itaberaí | GO |
| 31 | Belém | PB | 77 | Cravinhos | SP | 123 | Itagibá | BA |
| 32 | Benjamin Constant do Sul | RS | 78 | Cruzaltense | RS | 124 | Itaíba | PE |
| 33 | Betânia | PE | 79 | Cupira | PE | 125 | Itajú do Colônia | BA |
| 34 | Boa Vista do Cadeado | RS | 80 | Descalvado | SP | 126 | Itapororoca | PB |
| 35 | Boa Vista do Tupim | BA | 81 | Dois Irmãos | RS | 127 | Itaqui | RS |
| 36 | Bom Jardim da Serra | SC | 82 | Dourado | SP | 128 | Itatinga | SP |
| 37 | Bom Princípio | RS | 83 | Encantado | RS | 129 | Itirapina | SP |
| 38 | Boninal | BA | 84 | Encruzilhada do Sul | RS | 130 | Ituberá | BA |
| 39 | Brejo do Cruz | PB | 85 | Esperança | PB | 131 | Jacutinga | RS |
| 40 | Brotas | SP | 86 | Esperança do Sul | RS | 132 | Jaguarão | RS |
| 41 | Butiá | RS | 87 | Estrela | RS | 133 | Jaguarari | BA |
| 42 | Cabaceiras | PB | 88 | Estrela Velha | RS | 134 | Jaguaripe | BA |
| 43 | Cabrobó | PE | 89 | Fazenda Vilanova | RS | 135 | Jaguaruana | CE |
| 44 | Cachoeira dos Índios | PB | 90 | Feliz | RS | 136 | Jandaíra | RN |
| 45 | Cachoeirinha | PE | 91 | Floresta | PE | 137 | Jardim | CE |
| 46 | Calçado | PE | 92 | Floresta do Araguaia | PA | 138 | Joanópolis | SP |

| Nº | MUNICIPIO | UF | Nº | MUNICIPIO | UF | Nº | MUNICIPIO | UF |
|-----|-------------------------|----|-----|---------------------------|----|-----|------------------------|----|
| 139 | José Bonifácio | SP | 185 | Pindoretama | CE | 231 | Sobradinho | BA |
| 140 | Jucás | CE | 186 | Pinheiro Machado | RS | 232 | Soledade | RS |
| 141 | Jucati | PE | 187 | Pitangueiras | SP | 233 | Sossêgo | PB |
| 142 | Júlio de Castilhos | RS | 188 | Planalto | RS | 234 | Sumé | PB |
| 143 | Jurema | PE | 189 | Pojuca | BA | 235 | Tabatinga | SP |
| 144 | Juripiranga | PB | 190 | Ponta de Pedras | PA | 236 | Tabira | PE |
| 145 | Lagoa dos Gatos | PE | 191 | Prado | BA | 237 | Tabocas do Brejo Velho | BA |
| 146 | Lagoa Real | BA | 192 | Presidente Tancredo Neves | BA | 238 | Tacuru | MS |
| 147 | Lajedo | PE | 193 | Neves | PE | 239 | Taquari | RS |
| 148 | Laranjal Paulista | SP | 194 | Primavera | CE | 240 | Tarafas | CE |
| 149 | Lavínia | SP | 195 | Quixeré | BA | 241 | Tejuçuoca | CE |
| 150 | Lavras da Mangabeira | CE | 196 | Retirolândia | PB | 242 | Terra Nova | PE |
| 151 | Lavras do Sul | RS | 197 | Riachão | BA | 243 | Terra Nova | RS |
| 152 | Madalena | CE | 198 | Riachão das Neves | BA | 244 | Tietê | SP |
| 153 | Mamanguape | PB | 199 | Riacho de Santana | PB | 245 | Tio Hugo | RS |
| 154 | Marau | RS | 200 | Riacho de Santo Antônio | BA | 246 | Torres | RS |
| 155 | Marques de Souza | RS | 201 | Ribeira do Amparo | PE | 247 | Três Passos | RS |
| 156 | Mataraca | PB | 202 | Ribeirão | SP | 248 | Triunfo | PB |
| 157 | Mato Grosso | PB | 203 | Rio das Pedras | BA | 249 | Triunfo | PE |
| 158 | Maturéia | PB | 204 | Rio Real | PA | 250 | Tupandi | RS |
| 159 | Mombaça | CE | 205 | Salinópolis | SP | 251 | Tuparetama | PE |
| 160 | Monte Horebe | PB | 206 | Salto de Pirapora | BA | 252 | Tururu | CE |
| 161 | Morungaba | SP | 207 | Santa Cruz Cabralia | PE | 253 | Ubajara | CE |
| 162 | Mulungu | CE | 208 | Santa Cruz da Baixa Verde | SP | 254 | Ubarana | SP |
| 163 | Nossa Senhora das Dores | SE | 209 | Santa Fé do Sul | SP | 255 | Uchoa | SP |
| 164 | Nova Bassano | RS | 210 | Santa Gertrudes | PB | 256 | Utinga | BA |
| 165 | Nova Santa Rita | RS | 211 | Santa Luzia | RS | 257 | Valente | BA |
| 166 | Nova Veneza | SC | 212 | Santiago | RS | 258 | Várzea | PB |
| 167 | Novo Horizonte do Sul | MS | 213 | Santo Antônio da Patrulha | RS | 259 | Vera Cruz | BA |
| 168 | Orlândia | SP | 214 | Santo Augusto | PE | 260 | Viadutos | RS |
| 169 | Orobó | PE | 215 | São Benedito do Sul | PE | 261 | Vicência | PE |
| 170 | Pacujá | CE | 216 | São Caltano | CE | 262 | Vieirópolis | PB |
| 171 | Panambi | RS | 217 | São João do Jaguaribe | PE | 263 | Vila Maria | RS |
| 172 | Paraipaba | CE | 218 | São Joaquim do Monte | PB | 264 | Westfália | RS |
| 173 | Paramoti | CE | 219 | São José do Brejo do Cruz | RS | 265 | Xexéu | PE |
| 174 | Paranatama | PE | 220 | São José do Sul | PB | 266 | Xinguara | PA |
| 175 | Parazinho | RN | 221 | São Mamede | RS | 267 | Zabelê | PB |
| 176 | Parnamirim | PE | 222 | São Marcos | RS | 268 | Açu | RN |
| 177 | Pedra Branca | PB | 223 | São Martinho | SP | 269 | Alegrete | RS |
| 178 | Pedra Grande | RN | 224 | São Pedro | BA | 270 | Alfenas | MG |
| 179 | Pedra Lavrada | PB | 225 | São Sebastião do Passé | RS | 271 | Aquiraz | CE |
| 180 | Pedrinhas | SE | 226 | São Sepé | PE | 272 | Araripina | PE |
| 181 | Peixe-Boi | PA | 227 | São Vicente Férrer | RS | 273 | Barbalha | CE |
| 182 | Pentecoste | CE | 228 | Serafina Corrêa | BA | 274 | Bayeux | PB |
| 183 | Picuí | PB | 229 | Serra Preta | SE | 275 | Belo Jardim | PE |
| 184 | Pilões | PB | 230 | Simão Dias | RS | 276 | Buíque | PE |
| | | | | Sinimbu | | | | |

| Nº | MUNICIPIO | UF | Nº | MUNICIPIO | UF | Nº | MUNICIPIO | UF |
|-----|----------------------|----|-----|--------------------|----|-----|------------------------|----|
| 277 | Caçapava | SP | 310 | Senhor do Bonfim | BA | 343 | Governador Valadares | MG |
| 278 | Camaquã | RS | 311 | Surubim | PE | 344 | Guaratinguetá | SP |
| 279 | Campo Bom | RS | 312 | Taquara | RS | 345 | Guarujá | SP |
| 280 | Campo Formoso | BA | 313 | Timbaúba | PE | 346 | Ipatinga | MG |
| 281 | Campo Limpo Paulista | SP | 314 | Timóteo | MG | 347 | Itanhaém | SP |
| 282 | Carazinho | RS | 315 | Trairi | CE | 348 | Itatiba | SP |
| 283 | Crateús | CE | 316 | Ubatuba | SP | 349 | Juazeiro | BA |
| 284 | Dias d'Ávila | BA | 317 | Viseu | PA | 350 | Juiz de Fora | MG |
| 285 | Dom Eliseu | PA | 318 | Votuporanga | SP | 351 | Lauro de Freitas | BA |
| 286 | Estância Velha | RS | 319 | Alagoinhas | BA | 352 | Lavras | MG |
| 287 | Esteio | RS | 320 | Alvorada | RS | 353 | Maranguape | CE |
| 288 | Euclides da Cunha | BA | 321 | Anápolis | GO | 354 | Nova Iguaçu | RJ |
| 289 | Goiana | PE | 322 | Aracaju | SE | 355 | Passo Fundo | RS |
| 290 | Granja | CE | 323 | Bagé | RS | 356 | Pelotas | RS |
| 291 | Guaíba | RS | 324 | Balneário Camboriú | SC | 357 | Poá | SP |
| 292 | Guanambi | BA | 325 | Barreiras | BA | 358 | Poços de Caldas | MG |
| 293 | Horizonte | CE | 326 | Barretos | SP | 359 | Pouso Alegre | MG |
| 294 | Irecê | BA | 327 | Belford Roxo | RJ | 360 | Recife | PE |
| 295 | Itabaiana | SE | 328 | Belo Horizonte | MG | 361 | Ribeirão Pires | SP |
| 296 | Itapajé | CE | 329 | Blumenau | SC | 362 | Sabará | MG |
| 297 | Lajeado | RS | 330 | Brusque | SC | 363 | Salvador | BA |
| 298 | Lençóis Paulista | SP | 331 | Camaçari | BA | 364 | Santa Maria | RS |
| 299 | Limoeiro do Norte | CE | 332 | Campinas | SP | 365 | Santos | SP |
| 300 | Moreno | PE | 333 | Campo Grande | MS | 366 | São Caetano do Sul | SP |
| 301 | Ouricuri | PE | 334 | Canoas | RS | 367 | São José | SC |
| 302 | Palmares | PE | 335 | Contagem | MG | 368 | Sapucaia do Sul | RS |
| 303 | Paudalho | PE | 336 | Coronel Fabriciano | MG | 369 | Serra | ES |
| 304 | Peruíbe | SP | 337 | Criciúma | SC | 370 | Sorocaba | SP |
| 305 | Quixeramobim | CE | 338 | Dourados | MS | 371 | Três Lagoas | MS |
| 306 | Redenção | PA | 339 | Embu das Artes | SP | 372 | Valinhos | SP |
| 307 | Salgueiro | PE | 340 | Erechim | RS | 373 | Vitória de Santo Antão | PE |
| 308 | São Cristóvão | SE | 341 | Fortaleza | CE | | | |
| 309 | Sapé | PB | 342 | Goiânia | GO | | | |